



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS SERTÃO – DELMIRO GOUVEIA
CURSO DE PEDAGOGIA**

MARIA DO ROSÁRIO CARVALHO CORREIA

**REALIDADE DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA ZONA RURAL DE PARICONHA-AL:
Educação do campo ou educação rural?**

Delmiro Gouveia - AL
2021

MARIA DO ROSÁRIO CARVALHO CORREIA

**REALIDADE DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA ZONA RURAL DE PARICONHA-AL:
Educação do campo ou educação rural?**

Trabalho de conclusão apresentado à banca de avaliação da Universidade Federal de Alagoas – Campus Sertão, como requisito parcial para aquisição do grau de graduação em pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. José Ivamilson Silva Barbalho

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca do Campus Sertão
Sede Delmiro Gouveia

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza – CRB-4/22/09

C824r Correia, Maria do Rosário Carvalho

Realidade da educação no campo da zona rural de Pariconha
- AL: educação no campo ou educação rural? / Maria do Rosário
Carvalho Correia. - 2021.

59 f. : il.

Orientação: José Ivamilson Silva Barbalho.

Monografia (Pedagogia) – Universidade Federal de Alagoas.
Curso de Pedagogia. Delmiro Gouveia, 2021.

1. Educação. 2. Educação no campo. 3. Ensino e aprendizagem.
4. Zona rural. 5. Povo campesino. 6. Pariconha - Alagoas. I.
Barbalho, José Ivamilson Silva. II. Título.

CDU: 376

MARIA DO ROSÁRIO CARVALHO CORREIA

**REALIDADE DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA ZONA RURAL DE PARICONHA-
AL: EDUCAÇÃO DO CAMPO OU EDUCAÇÃO RURAL?**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Pedagogia, da
Universidade Federal de Alagoas -
Campus do Sertão, como parte dos
requisitos para a obtenção do título de
Graduada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. José Ivamilson Silva
Barbalho

Aprovada em 21/09/2021

BANCA EXAMINADORA

José Ivamilson Silva Barbalho
Prof. Dr. José Ivamilson Silva Barbalho
Universidade Federal de Pernambuco

Lilian Kelly de Almeida Figueiredo Voss
Prof. Dr. Lilian Kelly de Almeida Figueiredo Voss
Universidade Federal de Alagoas

Ana Paula Solino Bastos
Prof. Dr. Ana Paula Solino Bastos
Universidade Federal de Alagoas

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por sempre me guiar, proteger, e fazer dos obstáculos, pequenos degraus a serem vencidos a cada dia ao longo do curso.

Segundo a minha família em especial meu esposo Alex, por sempre acreditar em mim, e nunca me desamparar diante as dificuldades encontradas até aqui.

Aos amigos que encontrei na UFAL. Em especial Laíse, que sempre esteve comigo na maioria dos momentos (bons e ruins, também as minhas colegas Alice, Jéssica, Luclécia, Rafaela, Mayany, Aldeniz, pessoas especiais que tive o prazer de conhecer.

Minha madrinha Janecleide e minha amiga Maria da Saúde que sempre me incentivaram e motivaram nessa longa caminhada.

Aos professores da UFAL, gratidão, por terem contribuído no meu processo de aprendizagem. Em especial meu orientador Ivamilson Barbalho, que mesmo distante por conta da pandemia, nunca deixou de me orientar e contribuir para a realização deste presente trabalho.

Se a educação sozinha não transforma a sociedade,
sem ela tampouco a sociedade muda

PAULO FREIRE

RESUMO

A educação precisa estar atenta à multiplicidades de realizações humanas, valorizando cada individualidade, neste caso, surgem importantes sistemas de formação que buscam valorização de identidades culturais específicas, é, nesse contexto, que surge a educação do campo como importante espaço de formação escolar, mas que considere a riqueza cultural da comunidade local. A educação no campo melhorou o acesso aos estudos para os povos campestres, porém muitas escolas são apenas rurais, situadas na Zona Rural, mas o sistema de ensino é igual ao ensino na Zona Urbana. É esse o embate que provoca nosso trabalho: trazer uma pesquisa sobre a realidade da escola do campo, de forma específica no Alto Sertão de Alagoas, em uma escola do Município de Pariconha. Este trabalho busca desenvolver a necessidade de uma consciência da comunidade local sobre a importância de uma educação do campo no desenvolvimento da vida social em suas várias dimensões, na cultura, no aprimoramento do trabalho, conseqüentemente na economia. O desafio passa, primeiramente, pelo despertar da necessidade de identificação comunitária, até chegar a implementação de um ensino que seja próprio da realidade do povo do campo. Como objetivo transversal da pesquisa buscamos analisar as diretrizes e perspectivas da educação do campo, metodologia adotada é de caráter qualitativa

Palavras-chave: Educação do campo; Identidade Cultural; Ensino; Povo campestre.

ABSTRACT

The education needs to meet the multiplicity of human achievements, valuing each one individually, in this case, important training systems emerge that seek to value specific cultural identities, and it is in this context that rural education emerges as an important space for school training, but that considers the cultural richness of the local community. Rural education has improved access to schools for rural people, but many schools are only rural, they are located in the Rural Zone of the cities, but the education system is the same as in the Urban Zone. This is the conflict that provokes this work, a study about the reality of the rural school, specifically in the Alto Sertão de Alagoas, in a school in the city of Pariconha. This work seeks to develop the need for an awareness of the local community about the importance of a rural school in the development of social life in its various dimensions: in culture, in improving work, and, consequently, in the economy. This challenge first involves awakening the need for community identification, until reaching the implementation of teaching that is specific to the reality of rural people. As a transversal objective of the research, we seek to analyze the guidelines and perspectives of rural education, the methodology adopted is of a qualitative nature.

Keywords: Rural education; Cultural Identity; Teaching; Peasant people.

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 - Sistematização do perfil das profissionais.....	43
TABELA 02 - Culturas e as diversidades presentes no cotidiano da escola.....	49
TABELA 03 - As principais dificuldades enfrentadas diariamente na escola.....	50
TABELA 04 – Questões que precisa ser melhorada no processo de ensino aprendizagem.....	51

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 SEÇÃO: CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL E O SURGIMENTO DA EDUCAÇÃO NO CAMPO.....	12
1.1 A EDUCAÇÃO NO BRASIL: DESAFIOS NA IDENTIDADE CULTURAL E EDUCACIONAL.....	12
1.2 SURGIMENTO E REALIDADES DA EDUCAÇÃO NO CAMPO.....	14
1.3 EDUCAÇÃO NO CAMPO, LUTAS E CONQUISTAS SOCIAIS.....	17
1.3.1 Educação do campo, movimentos sociais e políticas públicas.....	17
1.3.2 Identidade e inclusão social.....	20
3 SEÇÃO: FUNDAMENTOS E PRINCIPAIS NECESSIDADES DA EDUCAÇÃO NO CAMPO.....	24
3.1 PRINCIPAIS DIRETRIZES PARA AS ESCOLAS DO CAMPO.....	24
3.2 EDUCAÇÃO DO CAMPO E CURRÍCULO ESCOLAR.....	30
3.3 FORMAÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	32
3.4 POR UMA IDENTIDADE DA ESCOLA DO CAMPO.....	37
4 SEÇÃO: A EDUCAÇÃO DO CAMPO NA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA LUIZ BARROS.....	40
4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	40
4.1.1 Natureza da pesquisa.....	40
4.1.2 Instrumentos para coleta de dados.....	42
4.1.3 Identificação da escola.....	43
4.1.4 Perfil dos profissionais e das crianças.....	44
4.2 COMPREENDENDO O CAMINHO DA PESQUISA.....	44
4.2.1 Organização da análise dos dados.....	46
4.3 REALIDADE DA ESCOLA E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA.....	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS.....	54
APÊNDICES.....	56

1 INTRODUÇÃO

O referente estudo surge de inquietações decorrentes de experiências e conhecimentos construídos ao longo do curso de Pedagogia, na Universidade Federal de Alagoas – Campus Sertão. Comumente, em debates referentes à Educação do Campo, tornou-se evidente a necessidade de se considerar os sujeitos camponeses enquanto ativos, competentes, protagonistas e possuidores de diferentes culturas, e que, portanto, precisam ser considerados nas práticas desenvolvidas nas instituições de ensino no campo.

A partir de relatos e trocas de experiências em sala, foi possível perceber como em alguns momentos as “vozes” destes sujeitos são silenciadas na organização tanto curricular das instituições de ensino como nas práticas docentes cotidianas. É tirado deles o direito à apropriação de um ensino qualitativo, pensado com eles, para eles e considerando os seus contextos. A partir disso, tornava-se evidente a necessidade de se pensar em ações educativas que contemplassem essas especificidades, contribuindo para educação integral dos camponeses.

Destaca-se, portanto, a importância de problematizar acerca tanto das organizações de currículo e planejamento, quanto das ações e formações docentes nesses espaços, para que se reconfigurem as ações, considerando os educandos do campo nas organizações e decisões pedagógicas. À vista disso, delineamos o nosso estudo partindo da concretude das seguintes indagações: como os sujeitos do campo são reconhecidos nas instituições escolares? De que forma eles são contemplados nas práticas pedagógicas e nas organizações curriculares das escolas localizadas no campo?

Considerando a problemática anteriormente citada, objetivamos analisar as diretrizes e perspectivas da educação do campo, desenvolvendo um estudo sobre a realidade da educação especificamente em uma escola municipal de educação básica, localizada na Zona Rural do município de Pariconha/AL.

Logo, nosso percurso metodológico foi organizado de maneira a encontrar possíveis respostas acerca das inquietações e objetivos delineados até então. Para isso, a pesquisa foi realizada em uma escola de educação básica, localizada na Zona Rural no município de Pariconha-AL. Para atingirmos tal objetivo, foi elaborado um

questionário, com o intuito de buscar identificar as concepções que as professoras possuíam sobre alguns conceitos relacionados a educação do e no campo.

Além disso, pretendíamos realizar uma pesquisa de campo, com observações em sala, registros em diários e fotográficos, das professoras e dos educandos nas situações cotidianas em sala, porém, devido a pandemia vigente (covid-19), não foi possível, visto que as aulas não estavam acontecendo de forma presencial. Explicamos melhor sobre isso na seção 4 desse estudo.

O nosso trabalho está organizado em quatro seções, conforme mostrado a seguir:

Na primeira seção, iniciamos com a **Introdução**, em que trazemos as primeiras problemáticas, e os objetivos que nos impulsionaram a realização da referente pesquisa, bem como apresentamos, de forma prévia, como o trabalho está organizado.

Já na segunda seção, **Contextualização da Educação no Brasil e o Surgimento da Educação no Campo**, situamos as teorias que nos serviram de apoio para fazermos uma abordagem sobre o surgimento da educação no campo, a necessidade de escolas para o povo campestre e a relevância dos movimentos sociais nesse processo. Além disso, tratamos sobre os processos de ensino que atualmente regem esta modalidade de ensino.

Já na terceira seção, **Fundamentos e Principais Necessidades da Educação no Campo**, ponderamos sobre as diretrizes e os documentos que regem a educação no campo, trazendo ênfase a importância de se pensar em um modelo de educação que considere em suas ações a identidade do povo do campo.

Enquanto isso na quarta seção, **A Educação do Campo na Escola Municipal de Educação Básica Luiz Florêncio Barros**, apresentamos os Procedimentos Metodológicos que colaboraram e amparam o desenvolvimento desta pesquisa. Para tanto, trataremos da classificação, dos métodos e dos instrumentos que nortearam o processo de pesquisa, além da caracterização do ambiente em que foi realizada e dos sujeitos participantes. Também buscamos abordar os dados produzidos por meio de diferentes descrições e interpretações.

Por fim, nas nossas **Considerações Finais**, apontamos as reflexões e os possíveis resultados alcançados a partir deste estudo.

2 SEÇÃO: CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL E O SURGIMENTO DA EDUCAÇÃO NO CAMPO.

Para melhor abordagem da educação do campo, é importante situar seu surgimento diante da história da educação no Brasil. Esse contexto é marcado por problemáticas que estão presentes no entendimento da realidade das escolas do campo, uma vez que acompanham as escolas em todas as modalidades de ensino. Por isso, é importante tratar os aspectos da identidade cultural diante da perspectiva educacional.

1.1 A EDUCAÇÃO NO BRASIL: DESAFIOS NA IDENTIDADE CULTURAL E EDUCACIONAL.

A realidade da educação no território brasileiro está ligada a sua própria história, isso tem uma relação direta com a educação do campo, uma vez que o ensino em suas raízes brasileiras surgiu com os ‘Jesuítas que vieram para catequizar’ e educar os índios para o processo de colonização. Como a cultura e a vivência dos índios estava situada em uma vida natural, em moldes mais primitivos atrelados à natureza abundante da fauna e flora do território, então as aulas não eram tão formais, mas se adequavam às realidades cotidianas que ‘desafiavam os missionários’ em sua prática pedagógica ou catequética (LIBÂNIO, 2008, p.159).

O ensino permanece por longo tempo nesses moldes uma vez que o processo de civilização acontece lento, através de fazendeiros e famílias que vieram de Portugal e outras que foram se formando na colônia. ‘Os filhos destes fazendeiros iam estudar em Portugal’ mostrando que a educação no Brasil se concentrava em ensinamentos básicos generalizados, tendo como principal finalidade o aprender a ler e a contar os números e utilizando as operações numéricas. A escola, nas suas origens, era um bem que poucos podiam usufruir, pois ‘a educação formal era direcionada às elites dominantes’, deixando o restante da população sem os conhecimentos cultos e necessários, que eram transmitidos no ambiente escolar. No entanto, no final do século XVIII, a educação foi estabelecida como direito de todos na maioria dos países (VIDAL; FARIAS, 2003, p. 47).

Na visão do pensador da educação Libânio (2008, p.165): “O século XVIII é chamado o século da Pedagogia, não apenas porque nele surgem grandes nomes da pedagogia clássica [...] Porque se desenvolve a educação pública estatal e inicia-se a educação nacional.” Esse surgimento da educação pública possibilita pensar as

realidades e demandas de todas as classes dos povos brasileiros. Isso caracteriza uma tentativa de desenvolver uma identidade cultural e de civilização na nação brasileira.

Pertence ao século XIII o desenvolvimento da educação pública estatal, a educação para a cidadania, para a nacionalidade, a adoção do princípio da educação universal, gratuita e obrigatória, a organização das escolas em torno da primazia da razão universal que une os pensadores e educadores que une os pensadores e da crença do poder racional na vida dos indivíduos e dos povos. (LIBÂNEO, 2008, p. 165).

Nos séculos que se seguiram, cada vez mais a escolarização passa a se tornar objetivo central nos projetos familiares. O século XIX se distingue por mergulhar a teoria mais a fundo na modernidade, no século XX houve um crescimento nos sistemas nacionais de ensino, e a partir daí tendo em vista a necessidade de investir nos processos educacionais que surgiu o interesse nos governos e cientistas sociais em compreender a importância da educação na formação da vida social e seu papel civilizador, considerando os avanços e ideias de progresso.

No Brasil só foi iniciada uma identidade e valorização da educação com a vinda da coroa portuguesa para o País, quando houve investimento em pesquisadores, artistas e intelectuais europeus para desenvolver um sistema educacional para acelerar o processo de civilização. Este processo educativo tem como base os moldes Franceses, o sociólogo Norbert Elias (1994) defende que todo o ideal de educação e civilização da Europa era fundado na corte francesa, na qual tinha um modo de vida bem teatral cheio de 'costumes e etiquetas' que diferenciava os modos de vida dos nobres dos modos das classes inferiores.

Outro fator importante para tentar entender a identidade da 'educação no Brasil é o positivismo francês' que muito influenciou a instauração da república, conseqüentemente o modelo de educação que aí se efetivou. Tratando a educação em moldes científicos com fortes traços de tecnicismos, os quais poderiam realizar pessoas mais qualificadas para o trabalho e funções sociais (SAVIANI, 2009, p. 158).

Neste cenário da década de 30 se destaca, no campo educacional, o Manifesto dos Pioneiros da Educação, os quais desenvolviam uma visão de escola que tratasse da igualdade social, desenvolvendo as políticas públicas visando uma formação democrática, gerando igualdade de formação, assim como valorização de uma 'cultura geral'. A valorização da intelectualidade nas ciências e humanidades poderia realizar uma estruturação de civilização e progresso econômico social, o qual contemplava questões como: "[...] Extração de matérias-primas - agricultura, minas e pesca;

elaboração de matérias-primas - indústria; distribuição de produtos elaborados - transportes e comércio [...] (HENRIQUES et. al, 2007, p. 10).

Contudo na década de 40, as diretrizes educacionais em vigor não contemplavam esses anseios da Escola Nova, uma vez que direcionava uma educação do 'ensino secundário e normal' para formar a elite e os cursos técnicos para formar os filhos dos operários para exercerem funções no operariado e demandando de mão-de-obra (HENRIQUES et. al, 2007, p. 11). Isso era uma clara assimilação do retrocesso educativo e de uma sociedade que promove a desigualdade de forma descarada e separando pobres e ricos, favorecidos e desfavorecidos.

Isso acarretou no aumento de números de favelados nas periferias, trabalhadores buscando condições melhores e com pouca formação, pode-se ver isso no período dos anos 60, onde surgiu a implementação da educação rural para evitar o 'fluxo migratório' para os grandes centros. Com o amparo do Estado que sustentava entidades que queriam atuar nesse meio, 'oferecendo educação nas fazendas' para evitar super lotação das cidades e aumentar ainda mais os desempregos e periferias. É nesse contexto que também é criado cursos técnicos na área de agronomia para criar trabalho e um suposto desenvolvimento nas zonas rurais (HENRIQUES et. al, 2007, p. 11).

É nessa conjuntura que surge os primeiros movimentos sociais que defendia uma cultura do campo, ou mesmo dos povos que habitavam os territórios rurais. A educação rural não tinha nada de específico, reproduzindo o mesmo modelo da cidade, o qual não atendia as necessidades locais (HENRIQUES et. al, 2007, p. 11). Nessa luta por identidade cultural se identidade cultural é que se inicia a indicação da Escola do Campo, a qual deveria ter em suas bases curriculares e conteúdos norteadores o conhecimento e valorização da cultura do povo do campo e o desenvolvimento de melhorias na vida desses povos.

2.2 SURGIMENTO E REALIDADES DA EDUCAÇÃO NO CAMPO.

A educação do campo, como foi vista acima, surge nesse contexto de uma luta por identidade social dos povos camponeses, os quais queriam uma escola que atendesse a demanda e desenvolvimento de uma cultura própria de sua realidade. Uma questão que surge é exatamente a diferenciação da escola no campo e educação do campo, a primeira apenas trabalha os conteúdos de forma universal, com os

mesmos materiais e conteúdos das escolas urbanas; já a segunda busca trabalhar com temáticas que podem ser evidenciado na realidade dos estudantes, aprimorando suas técnicas e desenvolvendo a valorização da sua identidade e cultura local, coisa que na escola urbana está voltada para essa realidade, por isso os conteúdos estão descontextualizados da vida dos alunos campesinos.

Refletir sobre educação do campo traz uma questão que é importante levantar: educação do campo ou educação no campo? Sobre essa questão o professor doutor Adelar Pizzeta da UFES em uma entrevista intitulada Educação do Campo, concedida ao Programa Tema em Educação, publicado em 16 de julho de 2018, explica que quando falarmos em educação 'no e do' campo o 'no' tem o sentido de que os povos do campo têm o direito de ter escola no campo, ou seja, aonde vivem, significado ligado a questão do direito.

Por muito tempo a população tinha que se deslocar de suas localidades no campo para frequentar uma escola no meio urbano, nas cidades, mas essa realidade passou a se modificar quando a população começou a lutar pelos seus direitos, exigindo escolas próximas de onde moravam. Dessa maneira, o governo passou a construir escolas na zona rural. Essa realidade pode ser observada na Lei nº 9.394/1996 em seu artigo 4º onde diz que é dever do estado garantir vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 anos de idade.

Mas como explica Pizzeta (2018), não basta ter escolas no campo é preciso ter escolas do campo. Nesse sentido, o do tem uma conotação pedagógica e política, assim, a educação teria que partir da realidade desses povos do campo, levando em consideração sua história, cultura, memória, buscando de fato desenvolver esses povos. A identidade social é um fator importante que a educação formal no Brasil não desenvolveu nas classes menores, a educação voltada para as elites é uma questão histórica que atrasou o processo de formação de consciências nas várias classes desse País.

Edgard Rebouças (2018) explica durante o programa já mencionado que a educação do campo é uma proposta pedagógica não apenas de ensino, mas também de transformação social que trabalha no campo, trazendo para a sociedade algo mais emancipador, diferente daquilo que se tem tradicionalmente para educação, se preocupando com questões dessa territorialidade da região, não se limitando não ao modelo de educação baseado no limite geográfico urbano, esse que desconsidera a

localidade os povos do campo vive. Por isso, a maioria das escolas situadas no campo não segue um modelo de educação do campo, mas reproduzem os mesmos conteúdos das escolas urbanas, assim, apenas tem a escola no campo, mas não é uma formação para vida campesina.

Explicado a diferença de sentido entre a escola no campo e escola do campo é importante refletir um pouco sobre a educação campesina propriamente dita e como se deu seu desenvolvimento. Sobre essa questão Bicalho Santos (2017) ressalta a importância de conhecermos o percurso da educação do campo no Brasil, evidenciando como os valores do campo eram inferiorizados em relação aos do meio urbano, como afirma o autor:

Durante séculos a formação destinada às classes populares do campo, vinculou-se a um modelo “importado” de educação urbana. Os valores presentes no meio rural, quando comparados ao espaço urbano, eram tratados com descaso, subordinação e inferioridade. Num campo estigmatizado pela sociedade brasileira, multiplicava-se, cotidianamente, preconceitos e estereótipos (BICALHO SANTOS, 2017, p. 211).

Mas, a partir de 1988 começou-se uma discussão sobre um novo projeto de educação para o campo, evidenciando suas peculiaridades. Assim, primeira conferência considerada um marco para os debates sobre educação básica do campo, ocorreu em 1988 em Luziânia, GO, entre os dias 27 e 31 de julho e foi intitulada de Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo, no qual teve parcerias de entidades importantes como: o MST, UnB, o Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), a Unesco (Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura) e CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Sendo outra realizada em 2004, conferências que discutiam sobre uma possível proposta para uma educação do campo, preocupando-se com a qualidade do ensino, colocando em pauta uma proposta de educação que levar-se em consideração as especificidades do campo.

No mesmo ano da primeira conferência, percebendo a importância do assunto tratado, foi criada a Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, a organização realizava reuniões para discutir iniciativas para a educação do campo. Bicalho Santos (2017) cita algumas conquistas alcançadas por essa articulação, tais como: a realização da instituição pelo CNE – Conselho Nacional de Educação, das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, em 2002 e a instituição do Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo (GPT), em 2003. (SECAD,

2004). A criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), vinculado ao gabinete do Ministério Extraordinário da Política Fundiária que em 2001 passa a fazer parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). E a aprovação da Resolução CNE/CEB nº 1, de 03 de abril de 2002, que institui as Diretrizes Operacionais da Educação Básica para as escolas do campo, que enfatiza o direito a educação do campo, faz indicações de responsabilidades do estado e de como deve cumprir essa educação em se tratando de uma sociedade tão desigual, frente a cultura do campo que não é tão valorizada. Além disso, em 2004 foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), no âmbito do Ministério da Educação. Explica que nessa secretaria foi instituída a Coordenação Geral da Educação do Campo, fato que significou a inclusão, na estrutura federal, de uma instância responsável pelo atendimento das demandas do campo, a partir do reconhecimento de suas necessidades e singularidades.

2.3 EDUCAÇÃO NO CAMPO, LUTAS E CONQUISTAS SOCIAIS

A realidade do campo tem influência direta no processo de desenvolvimento econômico das nações, este fato pode ser visto nas lutas e movimentos que se levantaram na formação do capitalismo. Pode ser visto no pensamento e estudo de Engels (1981) que foi justamente o trabalhador rural que constituiu a base do desenvolvimento e produção que passou a guiar o sistema capitalista. Contudo, o centro passa para indústria e conseqüentemente para cidade, gerando um êxodo rural e consolidação de uma cultura voltada para vida urbana, o trabalhador agora passa a ser um 'operário' assalariado (ENGELS, 1981, p. 62).

A realidade brasileira não é diferente, principalmente no Norte e Nordeste, onde ocorreu grande êxodo para o sul e sudeste no processo e industrialização do Brasil. A busca por condições melhores fizeram com que povos de várias regiões do Brasil perdessem suas raízes rurais e regionais, assimilando novas culturas e uma vida urbana com grandes problemas sociais, como moradias de péssima condição, desemprego e violência. Mas é nesse processo que se esqueceu a importância da cultura local, de desenvolver projetos de desenvolvimento nas várias realidades que ocasionou todos esses conflitos neste País.

2.3.1 Educação do campo, movimentos sociais e políticas públicas

A educação do campo tem suas particularidades, sua identidade se associa aos movimentos sociais e políticas públicas desenvolvidas na valorização da diversidade cultural. Segundo Carvalho (2011) a adequação do camponês ao processo de industrialização e o surgimento do operário se mostra diferente em cada país, mas uma questão é evidenciada, “[...] As diferenciações camponesas indicam a complexidade de interesses das classes sociais do campo nas suas relações com a propriedade da terra em confronto com o modo de produção capitalista [...]” (CARVALHO, 2011, p. 44).

Pode-se perceber uma mudança no cenário nacional, o êxodo dos nordestinos para o Sul e Sudeste diminuiu, um fato é o desenvolvimento de formas de produção industriais no campo. Nisto salienta a importância dos vários movimentos de luta social, formado por operários e trabalhadores rurais que ajudaram essa realização.

[...] Fixar o trabalhador no campo como mão de obra assalariada e manter os baixos salários, ao mesmo tempo ter disponível operários agrícolas mantendo um mercado de desempregados no campo. É contra essa possibilidade e se recusando a estas condições, que os pequenos camponeses e arrendatários buscam se organizar contra a estratégia do modo de produção capitalista, incompatível com o seu bem estar e sobrevivência em condições dignas. A luta pela terra se caracteriza como reação a essa situação, o que coloca a necessidade de entendermos a complexidade da agricultura no campo, e o conjunto de interesses de classes que se chocam nessa dinâmica, em que os movimentos sociais ao se mobilizarem se posicionam defendendo projetos históricos para além dos interesses capitalistas (CARVALHO, 2011, p. 46).

A luta social formou vários movimentos do campo em busca de uma melhor condição de vida, assim como o direito à terra para trabalhar, sem depender de subordinações a donos de terra com exploração exagerado e pouca melhoria de vida para os trabalhadores. Todos esses movimentos foram importantes para a continuidade da cultura camponesa, assim como o despertar para importância da vida e costumes da vida no campo, salientando sua dignidade e valor diante de qualquer outro modo de vida.

O contexto do Brasil é uma situação histórica, um processo formado por fazendeiros que receberam as terras da coroa para poderem trabalhar e estabilizar a força da Coroa. “[...] Não se pode perder de vista que o ensino desenvolvido durante o período colonial, ancorava-se nos princípios da Contra-Reformas, era alheio à vida da sociedade nascente e excluía os escravos, as mulheres e os agregados [...]” (BRASIL, 2012, p. 10). Surgem aí as várias situações como os negros escravizados, que depois do fim da escravatura se encontravam sem nenhuma perspectiva de futuro e melhoria

na vida de trabalho; os índios que ainda vão tentar salvaguardar sua cultura, mesmo com as assimilações da cultura dos brancos.

As lutas sociais é uma situação desse contexto, de forma que geraram anseios por uma identidade social dos vários grupos situados no campo. A reforma agrária no Brasil é uma temática que tem muito tempo de luta, mas infelizmente, só há ideias, na prática a realidade não muda. Essa questão já esteve na pauta de muitos governos no País, principalmente dos últimos que mais se destacaram com pautas populares e planos de desenvolvimento.

A inexistência de um programa eficaz de reforma agrária demonstrou como os governos Lula e FHC ficaram reféns do grande capital financeiro, optando pelo apoio ao agronegócio em detrimento da reforma agrária e da produção de alimentos. Ademais, o governo utiliza-se da mídia para propagar que a reforma agrária está sendo feita, ao mesmo tempo que mostra a exuberância da produção agrícola do agronegócio, principalmente no tocante à exportação (CARVALHO, 2011, p. 54 Apud ARAUJO, 2007).

Essa situação gera um conforto social e leva as pessoas a se situarem na 'vida urbana', acabando por esquecer a luta pela reforma agrária, que é uma questão que parece esquecida (FERNANDES; MOLINA, 2004, p. 25). Nesse meio se situa a escolarização que foi uma das conquistas importantes para os trabalhadores rurais, pois ajuda no processo de identidade e na formação de pessoas críticas da situação social do campo. Por isso, a temática da escola do campo é atual, por conta das lutas e conquistas que são necessárias.

A escola do campo sempre esteve atrelada aos movimentos sociais rurais, às minorias que lutam por uma identidade e o direito de formar seus filhos na sua cultura e não com realidades que não fazem parte de seu contexto.

A partir da criação do Setor de Educação (1987), responsável pela organização e sistematização de propostas e práticas pedagógicas nas escolas localizadas nos assentamentos da reforma agrária e nos acampamentos, o MST passou por um processo de fortalecimento na demanda e proposição de ações ligadas à política educacional (SOUZA, 2008, p. 1094).

Neste sentido, a escola deve desenvolver propostas importantes para o melhor desenvolvimento de princípios da vida social dos camponeses. Segundo as diretrizes e direcionamentos a educação do campo que visa garantir questões como: "Propostas pedagógicas que valorizem, na organização do ensino, a diversidade cultural [...] o

acesso do avanço científico e tecnológico e respectivas contribuições para a melhoria das condições de vida e a fidelidade aos princípios éticos [...]” (BRASIL, 2001, p. 25).

A necessidade de escolas do campo com ligação aos movimentos sociais locais é importante, uma vez que a vida de muitas escolas situadas na zona rural funcionam com o mesmo sistema das escolas urbanas, não tem identificação com a luta e ‘identidade’ campestre (BRASIL, 2012, p. 20). Isso é uma situação que pode ser resultado desse processo de conformação com acesso a bens da vida urbana que deixaram as causas de reforma agrária e lutas por melhorias de lado.

1.3.2 Identidade e inclusão social

Um dos pressupostos fundamentais da educação é o processo de socialização, mas só pode haver isso, se o sujeito é incluído na vida social, ou seja, se sua realidade é contemplada pelos bens produzidos pela humanidade. Quando não tem uma correspondência com uma vida ativa socialmente, o indivíduo, povo ou classe social não está incluído na vida social adequadamente. Para isso, um dos papéis da educação, que tanto se aborda atualmente, é a educação inclusiva, que oferece possibilidades para uma maior integração social.

Nos últimos tempos a questão da inclusão social vem tomando espaço nas reflexões de teorias educacionais, nas ações pedagógicas e nas leis e diretrizes da educação. De forma que, guarde o espaço próprio dos alunos, oferecendo educação de qualidade e acesso inclusivo na vida social, considerando todas as culturas e condições, tornando a escola um ambiente “[...] Democrático e competente para trabalhar com todos os educandos, sem distinção de raça, classe, gênero ou características pessoais, baseando-se no princípio de que a diversidade deve não só ser aceita como desejada” (BRASIL, 2001, p. 40).

Ademais, salienta-se a definição da política de educação inclusiva no Brasil que diz:

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à idéia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (BRASIL, 2008, p. 1).

Neste sentido, a escola do campo tem um papel fundamental no processo de inclusão social, pois é pela escola que muitos podem conhecer melhor sua cultura, seus costumes e reconhecê-lo como importante e não menos dignos à outros que foram superiores na história. Pela educação pode-se conhecer outros povos, modos de vida, abrir muitas possibilidades, principalmente o acesso aos bens produzidos pela humanidade como tecnologia e outros. Nesse trabalho inclusivo, a vida do povo do campo precisa ser respeitada e valorizada, de maneira que os novos camponeses sintam orgulho de sua tradição e não aconteça uma desvalorização dessa vida nem um êxodo rural constante, como geralmente acontece.

Algumas questões marcam os problemas que dificultam a inclusão social dos alunos das escolas do campo, que se refere à situação que se encontra as escolas? Será se o currículo escolar consegue atender a realidade da vida do campo? As crianças e professores conhecem de verdade seu meio social, e contribuem com a cultura da população rural? Sobre essas questões é necessário trazer uma reflexão aprofundada sobre as pretensões que marcam a finalidade da escola do campo.

Essa questão é muito tratada nos estudos de Miguel Arroyo, o qual defende temáticas como contextualização do currículo escolar à realidade dos alunos, a consideração da experiência docente na elaboração do currículo. Ademais, Arroyo e Fernandes (1999). realizam abordam ideias sobre o tipo de escola que realmente a comunidade quer e precisa, sendo que a forma da educação depende das iniciativas e valorização de toda a comunidade escolar. Pois, quando se reconhece os processos educativos, valorizando as matrizes culturais do homem, da mulher, do povo do campo, o ato educativo tem mais sentido para o alunado, pois possibilita contribuições significativas para cultura do povo local e um melhor modo de vida social.

Há uma cultura urbana, mas sobretudo há uma cultura da terra, da produção e do trabalho, do modo de vida rural. É verdade que não podemos romantizar a vida no campo. Sempre foi tensa a relação do homem com a terra, as relações sociais no campo foram e são tensas. Nessa permanente tensão e não em uma relação bucólica, foram produzidas matrizes culturais que ainda marcam todos nós. Como educadores temos que pensar na força que tem as matrizes culturais da terra e incorporá-las em nosso projeto pedagógico. (ARROYO e FERNANDES, 1999, p.23).

A questão proposta por Arroyo e Fernandes (1999), enfatiza que a população urbana precisa da população rural, e que por vezes na escola urbana buscam comportamentos que são da cultura do campo, como as músicas infantis. Com isso,

demonstra-se que na formação dos professores, deve-se contemplar as abordagens sobre as varias culturas do país, com ênfase na sua cultura local, para que o processo educativo seja pensando com um currículo que de fato a valorize.

A sociedade que vive no campo apresenta uma luta pela conservação de valores sociais alargados, por conta das necessidades que a população rural tem, principalmente a de manter seus costumes, crenças e cultura, além do enfretamento histórico contra o analfabetismo. Por isso, que a educação formal é uma maneira de valorizar as raízes do campo e por entender que se apresenta como lutas sociais camponesas, pois assim é retratado no decreto nº 6.755 de janeiro de 2009, sobre os mecanismos que asseguram o desenvolvimento da educação na área rural, entre eles, destacam-se a formação dos professores.

Sobre isso, uma das questões mais importantes é a pedagogia da alternância, uma vez que a realidade das escolas do campo se depara com alunos de diferentes faixas etárias numa mesma sala de aula. Outro fato é o calendário escolar que não consegue seguir o mesmo das escolas urbanas, visto que a realidade rural tem tempos de chuva, que dificulta o acesso em muitas localidades, o período de colheita e horários de trabalho no campo, onde muitos alunos têm que ajudar nas atividades, por ser a única fonte de renda família.

De acordo com os princípios legais da Constituição Federal de 1988, que trata da educação como direito de todos, se encaixa nesse contexto a questão da pedagogia da alternância, pois:

[...] Ao alternar períodos na escola e na vivência de sua comunidade, o jovem constrói conhecimentos no diálogo entre o saber cotidiano, a prática, o trabalho passado de gerações a gerações e o saber escolarizado. Essa relação pode possibilitar a apropriação de saberes historicamente defendidos e o acesso às técnicas cientificamente comprovadas. Assim, a pedagogia da alternância pode contribuir com a formação dos jovens da seguinte maneira: desenvolvendo a reflexão crítica, a responsabilidade individual e coletiva e fortalecendo as famílias do campo na tentativa de envolver os sujeitos na busca de um mundo mais solidário, justo, humano e ético. (PINHO, 2008, apud BICALHO; SANTOS, 2017, P. 214).

Essa aprendizagem que busca encontrar respaldo na realidade vivenciada pelos alunos é uma necessidade fundamental da educação, uma vez que toca no processo de socialização, humanização e trabalho, finalidades essências da escolarização. Por outro lado, essa experiência de vida, precisa ser contemplada numa doação mútua, por um lado na relação com os conteúdos escolares, para poder aprimorar as práticas de

produção, por outro na contribuição do saber prático baseado no senso comum, o qual enriquece os conteúdos das aulas.

3 SEÇÃO: FUNDAMENTOS E PRINCIPAIS NECESSIDADES DA EDUCAÇÃO NO CAMPO

No campo existem suas rotinas próprias, diferentes da vida na cidade, então é preciso adequar o cotidiano escolar à vida na sociedade, isso garantindo qualidade de ensino igual à todos. Quando se fala em igualdade não significa oferecer os mesmos meios para as escolas dessa modalidade na mesma proporção às demais. Mas cada uma tem suas necessidades particulares as quais precisam ser assistidas para garantir um ensino de qualidade, sem esquecer-se da valorização que se deve dar aos conhecimentos e experiência que cada um traz consigo. Por isso, abordar-se-á, em seguida, as diretrizes que direcionam ação pedagógica das escolas camponesas.

3.1 PRINCIPAIS DIRETRIZES PARA AS ESCOLAS DO CAMPO

Os fundamentos da educação do campo têm como papel importante o lado de luta sociais, pois é através dos movimentos sociais que surge a defesa de uma escola que tenha os traços da identidade dos povos camponeses e atenda suas necessidades na vida no campo. Nesse contexto cita movimentos como o MST (Movimento Sem Terra) que também desenvolve ‘ações de uma reforma agrária e por conquista de um lugar para trabalhar’ (MARTINS, 2013, p. 180).

Ademais, Martins (2013, p. 181) mostra a importância da escola do campo do campo e sua luta por realização das necessidades dos povos rurais: “[...] A escola é vida, as relações sociais e comunitárias são educativas, o espaço e o território, além dos muros escolares, fazem parte da escola [...]”. A escola é formada pelos indivíduos, neste sentido uma escola que não trata da realidade das pessoas de sua localidade não realiza um trabalho formativo consistente, uma vez que os conteúdos são descontextualizados da sua realidade, onde os alunos sabem mais de outros locais e menos do seu, desconhecem mais a sua cultura que a dos outros povos.

Pode-se citar a constituição de 1988 como um marco nas lutas sociais e no direito democrático da nação brasileira. Isso possibilitou o surgimento da educação do campo uma vez que esta tenta realizar a construção da identidade e valorização da cultura dos povos camponeses. Neste contexto, a legislação garante acesso igualitário a todos, também a necessidade de conhecer a si e os costumes de seu povo, assim, “[...] No bojo desse entendimento, a educação escolar do campo passa a ser abordada

como segmento específico, prenhe de implicações sociais e pedagógicas próprias” (HENRIQUES et. al, 2007, p. 16).

A LDB de 1996 garante o acesso de todos à educação e também o direito de manifestação da diversidade cultural, a qual é de tamanha importância para o desenvolvimento de uma cultura do campo, que por muito tempo foi negada e não vista como aspecto de identidade importante desse povo, em vista de uma cultura elitista que só garante o preconceito e desigualdade social.

Art. 3: O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- IX – garantia de padrão de qualidade;
- X – valorização da experiência extraescolar;
- XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Ademais, pode-se vê na LDB em seu artigo 23 a garantia de uma adequação à realidade dos calendários atendendo a especificidade de cada região ou cultura:

Art. 23: A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

As novas reformas educacionais reconhecem a educação do campo como sendo singular, reconhecendo seu diferencial. Isso pode ser observado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em seu artigo 28 que respalda a educação do campo como legal e que deve ser mantido os direitos, quanto ao conteúdo curricular, metodologias apropriadas, organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e as condições climáticas.

Tendo em vista essa conjuntura, evidencia-se que esses princípios tocam de forma específica as necessidades da educação no campo, são aspectos pelos quais se deve lutar para serem realizados nessas comunidades, pois para manter os alunos na escola é preciso que essa fale a linguagem dos educandos camponeses, despertando-os para vida social de seu contexto, valorizando sua cultura, sem esquecer da oferta dos meios necessários para o acesso e permanência na escola.

No que se refere ao direito das populações rurais de terem garantido obrigatoriamente uma educação especializada, a Câmara de Educação Básica manifestou-se pela **Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002**, que, ao falar das Diretrizes Operacionais da Educação nas Escolas do Campo aponta para a construção de uma política específica e a necessidade de atender à diversidade das populações que residem no meio rural, de acordo com suas realidades:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais [...] (BRASIL, 2002, art. 2º).

Essas definições caracterizam toda uma luta para proporcionar educação de qualidade para todos, e principalmente cultivar os valores contidos em cada localidade, com sua cultura, trabalho e organização social. Isso tudo integrado na educação escolar, uma vez que essa tem a humanização e integração social como umas das suas finalidades. Mas é preciso notar que a realidade escolar rural, passa por grandes problemas, e a implementação dessas diretrizes passa por situações de desafios frente às precariedades do ensino público. Pode-se citar os meios de transportes que são, na maioria, improvisados por contado difícil acesso de muitas localidades; o acesso a materiais adequados pelos docentes, para elaboração de aulas que alcance o nível de aprendizagem; também a própria organização da escola internamente, muitas vezes as coisas são feitas de improviso, falta organização, e os espaços não cooperam para tal empreendimento.

A realidade da educação do campo surge no contexto de diferenciação entre a cidade e o campo. Na história houve uma maior valorização da vida urbana, vendo como inferior a vida rural. “[...] As escolas do campo são aquelas que têm sua sede no espaço geográfico classificado pelo IBGE como rural, assim como as identificadas com o campo, mesmo tendo sua sede em áreas consideradas urbanas [...]” (HENRIQUES et. al, 2007, p. 16). Para uma superação dessa visão preconceituosa, a qual dificulta a própria valorização dos povos camponeses sobre sua cultura, surgem legislações para uma organização da escola do campo, possibilitando maior compreensão de sua realidade.

O primeiro fator importante para o surgimento de uma legislação da educação é a implementação do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Fundamental e de Valorização do Magistério), o qual possibilitou um maior investimento no sistema educacional em todo País. Isso era baseado no número de ‘alunos matriculados em cada sistema’, o que favoreceu as escolas do campo, mas não o bastante para sair da sua condição degradante (HENRIQUES et. al, 2007, p. 17).

Outro marco foi o Plano Nacional de Educação (aprovado na Lei nº 10.172/2001) que trouxe diretrizes que tratam diferenciada a forma de educação rural, mas nas entrelinhas faz alusão à educação urbana na sua organização em séries, assim como sistema de transporte. Por outro lado, esse sistema não consegue atender às necessidades específicas dos alunos e escolas campesinas, uma vez que as estruturas físicas e os profissionais não alcançam essas mesmas realidades das escolas urbanas.

Neste documento está contido o parecer das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo define que:

A educação do campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não-urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações de sociedade humana. (BRASIL, 2012, p. 1).

Essa busca por uma elaboração educacional que contemple as necessidades dos povos do campo é uma questão central, escola que não atende a realidade dos professores, alunos e todos que fazem a escola não cumpre bem seu papel de integração social. Por isso, é preciso desenvolver estratégias pedagógicas próprias para essa realidade, de forma que as diretrizes colocam a importância de elaborar propostas pedagógicas que contemplem a:

[...] Ao submeter o processo de adaptação à adequação, institui uma nova forma de sociabilidade no âmbito da política de atendimento escolar em nosso país. Não mais se satisfaz com a adaptação pura e simples. Reconhece a diversidade sócio-cultural e o direito à igualdade e à diferença, possibilitando a definição de diretrizes operacionais para a educação rural sem, no entanto, recorrer a uma lógica exclusiva e de ruptura com um projeto global de educação para o país (BRASIL, 2012, p. 26).

Neste sentido, a identidade da escola é uma questão importante dentro do processo educacional, pois, todo o planejamento e desenvolvimento do ensino é baseado na forma como escola se integra socialmente, hoje é contemplado no PPP (projeto político pedagógico), que realiza essa ação social de cultura local, formação

acadêmica e ações de mudanças na realidade vivencia. Sobre isso, é importante a **RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 1, DE 03 DE ABRIL DE 2002**), que Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, sobre a escola do campo ela define que:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (BRASIL, 2012, p. 33).

A educação do campo se situa dentro dos movimentos que defendem a pluralidade e diversidade social, tudo contra qualquer forma hegemônica que queira colocar um padrão cultural e rejeitam as pequenas etnias e povos que foram desconsiderados na história e formação do ocidente. É nesse contexto que surge o direcionamento de uma educação que valorize a cultura e realidade dos povos do campo, as quais estão também ligadas a lutas sociais, ligadas à má divisão de terras e necessidade de território para cultivar.

Ademais, os povos do campo, dependendo das regiões, também enfrentam situações próprias, uma vez que há períodos de colheitas, dificuldades de locomoção em certas estações e outras situações mais. Com isso, o ministério da educação no **PARECER CNE/CEB Nº 1, DE 02 FEVEREIRO DE 2006** trata dos dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA), o qual garante o reconhecimento dos (CEFFA) e de sua importância para o desenvolvimento econômico do País, uma vez que a:

[...] Pedagogia da Alternância vem se mostrando como a melhor alternativa para a Educação Básica, neste contexto, para os anos finais do Ensino Fundamental, o Ensino Médio e a Educação Profissional Técnica de nível médio, estabelecendo relação expressiva entre as três agências educativas – família, comunidade e escola (BRASIL, 2012, p. 39).

Ainda surge a necessidade de organização das turmas e suas especificidades, uma questão recorrente na educação do campo, como turmas multisseriadas, turmas de EJA's e outras. Por isso, na **RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 28 DE ABRIL DE 2008**, o ministério da educação institui 'as diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo'. Já no artigo 1º define que:

A Educação do Campo compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio e destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida – agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros (BRASIL, 2012, p. 53).

Estas diretrizes são importantes para garantir validade e nortear a pedagogia das escolas do campo, o qual também é complementado pela lei **LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009**, que ‘Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica’, se tornando uma política forte no financiamento de merenda e condições para os alunos da escola do campo. Também se torna forte e importante o **DECRETO Nº 6.755, DE 29 DE JANEIRO DE 2009** que institui a política nacional de formação de profissionais do magistério, o qual contempla a formação para profissionais das escolas do campo – isso será tratado mais especificamente a frente, quanto falar da formação docente no campo.

Essa legislação da educação do campo é importantíssima para um reconhecimento das estruturas precárias das condições das escolas rurais, suscitando a necessidade de mais investimento para superar essa situação degradante e formar um novo cenário. Os investimentos que se sucedem nesse campo possibilitam a estruturação de uma realidade diferente, de forma que professores e alunos tenham mais condições de construir um espaço que contemple o desenvolvimento de sua identidade como povo do campo.

Por fim, há o **DECRETO Nº 7.352, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010**, o qual ‘Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA’. Este documento trata de uma questão importante que será desenvolvida em seguida, uma vez que, a luta do campo está atrelada a lutas sociais por reconhecimento e superação da desigualdade social e a educação se torna uma forte área de atuação na formação das consciências assim como identidade do povo, em busca de conquistas dentro da vida social.

3.2 EDUCAÇÃO DO CAMPO E CURRÍCULO ESCOLAR.

O currículo escolar é uma das questões mais importantes na educação, pois é ele que guia os caminhos da aprendizagem, ou seja, é quem norteia os conteúdos que os alunos vão ter contato no âmbito da escolarização. Ele exerce grande importância na escola, pois essa, sendo uma forma de educação, sua especificidade está em oferecer um ensino formalizado segundo regimentos ligados à finalidades determinadas e específicas.

A função da escola é oferecer os subsídios elementares para um desenvolvimento bem sucedido dos educandos. E nesse contexto o currículo é o meio pelo qual todos passam a compartilhar os mesmos conteúdos educacionais e partilhem os mesmos valores e riquezas do conhecimento.

[...] o currículo está inextricavelmente, centralmente, vitalmente, envolvido naquilo que somos, naquilo que nos tornamos: na nossa identidade, na nossa subjetividade. Talvez possamos dizer que, além de uma questão de conhecimento, o currículo é também uma questão de identidade. (SILVA, 1995, p.13-14).

O currículo escolar segue diretrizes definidas, leis que regem a educação, na LDB está bem explícito seu conteúdo e aplicação, onde está intimamente ligado ao meio social, tendo finalidades associadas às dimensões da vida dos indivíduos, como desenvolvimento humano, vida profissional e exercício da cidadania:

Art. 27. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes:
I – a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;
II – consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;
III – orientação para o trabalho;
IV – promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais.

Neste sentido, a LDB direciona o currículo considerando as várias dimensões da formação humana, salientando a preocupação com as situações particulares da localização da escola e das condições dos educandos. Isso é importante, uma vez que há diversas situações que marcam as diferentes realidades sociais e questões geográficas, nas quais as escolas estão inseridas. O sistema educacional deve levar em consideração o contexto social de cada escola e suas respectivas singularidades, a fim de elaborar um currículo que contemple os valores específicos dessa realidade, contudo sem esquecer os conteúdos essenciais do currículo comum.

Nessa perspectiva, a educação no campo tem particularidade, pois tem necessidades próprias que precisam ser consideradas na elaboração do currículo. Uma questão bem vigente que causa dificuldade são os livros didáticos, os quais são sempre construídos tendo como base as culturas urbanas ou de culturas mais conhecidas, não considerando o contexto da realidade do campo, de uma determinada localidade.

Nesse sentido, pode-se fazer referência às Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2002), as quais tratam da necessidade da consolidação da autonomia das escolas, uma vez que os currículos adotados nestes ambientes já vêm prontos e tem uma tendência de generalizar questões que não contempla particularidades, os quais não são construídos pela própria instituição juntamente com a comunidade, não dialogando assim com a realidade dos estudantes. Sobre isso, Silva (2012, p.14) toca num assunto muito peculiar:

Entre as dificuldades encontradas, está a percepção que uma proposta de Educação do Campo não pode estar restrita à Pedagogia e que a superação da realidade desigual que caracteriza o campo requer que se coloque em pauta a discussão em torno da concentração da terra, da necessidade da reforma agrária e da superação das desigualdades sócio-econômicas.

Assim, a realidade de educação no campo precisa da implementação de ações de nível social e pedagógico. Para a elaboração de um currículo que atenda as necessidades da educação campesina é preciso a implantação do Projeto Político Pedagógico (PPP) eficazmente. Pois a sua função é fazer essa relação entre a escola e a vida da social, de forma que os conteúdos estudados ganhem sentido na vida da comunidade. Faz algum tempo que é uma preocupação forte no sistema educacional brasileiro a oferta dessa modalidade de ensino, esta que precisa receber assistência devida para o bom desenvolvimento dos educandos, como bem mostra as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação no Campo (2013, p. 290):

[...] Vem desenvolvendo políticas para a melhoria dos indicadores na educação do meio rural. Tais políticas têm como objetivo a elevação da qualidade das escolas do campo em consonância com as necessidades culturais, os direitos sociais e a formação integral das crianças, jovens e adultos do campo – agricultores familiares, ribeirinhos, extrativistas, pescadores artesanais, assentados de Reforma Agrária, acampados, caiçaras, quilombolas [...].

Uma questão relevante a ser observada ainda é a mudança cultural globalizada. Será que se a realidade da educação campesina atualmente é tão diferente das

demais? Pois, com os avanços dos meios de comunicações, mudou-se muita coisa quanto a vida cultural, há uma tendência universalizadora das informações, a além da capacidade de está ligado com todo o mundo pela mídia. Outro fator é as assistências governamentais aos mais pobres. Geralmente, os moradores do campo eram um dos mais necessitados do país, onde esses tinham que se criar os filhos no trabalho da roça para manter poder garantir o sustento familiar, chocando sempre com a vida escolar. Contudo, considerando essas assistências e a diminuição dessas necessidades básicas, pode-se perceber menos crianças nos trabalhos rurais. Diante disso, é preciso se questionar quais as diferenças específicas que deve conter o currículo da educação no campo.

Com isso, considera-se o desafio da elaboração de um currículo escolar na modalidade de educação do campo, quanto às diretrizes e projetos de assistência, as entidades governamentais responsáveis estão bem elaborados, mas falta aplicabilidade, pois na vida prática ainda estão longe de serem cumpridos. Diante dessas dificuldades colocadas, é preciso uma superação por parte das escolas camponesas, considerando que na legislação há todo um aparato a essa modalidade de ensino, como se explica o fato de não haver êxito na aplicabilidade nas escolas? Um fator principal que precisa ser visto é a figura do educador, eles devem ser o meio de transformação dessa situação, visto que são agentes conscientes dos processos de aprendizagem.

3.3 FORMAÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO DO CAMPO.

O professor é uma figura essencial no processo de ensino, exerce papel importante na educação, na escola tradicional situava-se como centro do conhecimento e ensino, ele era aquele que trazia o conteúdo e transmitia para o aluno. Mesmo essa concepção tendo perdido força com o advento de novas concepções no ensino-aprendizagem, que valorizavam as formas de ensino como meios mais adequados de aprendizagem, as quais davam importância ao conteúdo trazido pelo aluno, o professor não deixa de ter papel importante, pois em qualquer dessas linhas ele precisa ser agente consciente ao direcionar a aprendizagem dos educandos.

Assim, é preciso se deter nesse profissional e sua formação como mecanismos importantes para a educação no campo, e a superação das dificuldades encontradas. A formação desse profissional é uma questão muito debatida e considerada em

qualquer nível de ensino ou modalidade da educação. Sobre isso, a LDB não deixa de mostrar a importância dele, quando define que:

Parágrafo único. A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos:

- I – a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho;
- II – a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço;
- III – o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades.

Tendo refletido as principais situações da formação docente, não é salutar esquecer a importância da capacidade alcançada por uma adequada formação dos professores, baseado na LDB, contudo é necessário conhecer sobre os direcionamentos centrais que devem ser tocados na realidade do profissional da educação no campo. E sobre isso a LDB aponta para os sistemas responsáveis pela qualificação dos profissionais, e como isso deve ser realizado, tudo isso pensando em professores bem capacitados para atender as necessidades da escola:

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

- I – ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
- II – aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;
- III – piso salarial profissional;
- IV – progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;
- V – período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;
- VI – condições adequadas de trabalho.

§ 1º A experiência docente é pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer outras funções de magistério, nos termos das normas de cada sistema de ensino.

§ 2º Para os efeitos do disposto no § 5º do art. 40 e no § 8º do art. 201 da Constituição Federal, são consideradas funções de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico.

Percebe-se que estes direcionamentos para formação dos profissionais da educação capacitados, salientam a importância da experiência na sala de aula e em todos os âmbitos da educação. Assim, tanto professores como os demais funcionários

da ação pedagógica das escolas precisam ter requisitos específicos para o bom desempenho da prática pedagógica escolar.

Essa realidade pode ser vista com a multiplicação das faculdades e universidades nos últimos tempos no Brasil. Atualmente, essas entidades se multiplicam no cenário nacional, ofertando variados cursos e maneiras diversas de acesso. Além do aumento dos centros de educação superior públicos, ainda se têm alta na oferta das faculdades particulares, as quais oferecem variadas possibilidades de acesso, como a modalidade da educação a distância, que possibilita muitas pessoas terem oportunidades de uma graduação, conciliando-a com a vida profissional.

Dessa forma, considerando a questão de cursos específicos, a educação atual está bem nutrida, mas a qualidade dessa formação é algo a ser discutido. Ademais, outro assunto importante é a formação continuada dos profissionais da educação, segundo a qual se obtém os objetivos mais específicos às necessidades de cada contexto escolar, além de manter esses profissionais sempre atualizados. Nesse ponto, baseando-se em Paulo Freire, salienta Benincá e Caimi (2002, p. 100-101):

A formação continuada, no pensamento de Paulo Freire, tem como pressuposto a existência de um processo político-pedagógico e, ao mesmo tempo, de uma antropologia fenomenológico-hermenêutica. Isto implica um passado que se faz história, um presente em permanente transformação e um futuro a ser construído. O passado se faz história e realidade, embora seja sempre uma determinada leitura dos acontecimentos e textos já construídos. O futuro, porém, é sempre um presente em transformação, enquanto desejo e utopia.

A formação de professores para atuação nas escolas do campo é bem complicada, pois deve se pensar nas políticas educacionais, para então procurar meios de solucionar as dificuldades encontradas durante a atuação nessas escolas. É importante frisar também o quão é importante atuar nesse meio, profissionais docentes engajados nessa área, que não vise apenas o monetário, mas que tenha responsabilidade pelo que faz, que se doe ao máximo para que junto com os estudantes e a comunidade, alcance o que se almeja.

Nesse sentido, pode ser destacado a formação de professores para trabalhar no campo.

Há que se instituir na estrutura das instituições de ensino superior brasileiras e em escolas de nível médio, processos de formação inicial de educadores do campo. Não há, ainda, um perfil coerente com a nova perspectiva de Educação do Campo que vem sendo construída. Tem-se a certeza, apenas de que, tal

formação deve assentar-se em princípios universais já consagrados no setor das ciências da educação, e que leve em conta que o campo é constituído de especificidades que não podem ser ignoradas nos processos educativos, mais que isso, essas especificidades somente estarão presentes se o professor tiver tido formação adequada (MOLINA, 2006, p.25).

Refletindo sobre o que Molina (2006) afirma, é evidente que a formação docente para trabalhar não deve ser restringida a assuntos da localidade, ou vivências próprias da zona rural, mas baseada nos princípios legais universais, desse modo o docente com formações universais e conhecendo também as especificidades do campo, pois para a educação do campo ser positiva, não é apenas a formação docente que deve estar de acordo com as especificidades da localidade, mas pode-se afirmar que é um dos principais fatores para que haja de fato a educação do campo.

Desse modo, fica claro estudar importância de compreender a formação de professores visto que esta temática é indispensável para uma aprendizagem de qualidade para todos os estudantes que compõem a escola no campo. Sabe-se que o professor deve ter formação superior admitindo-se o nível ensino normal médio, assim como estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – Lei nº 9.394/1996, em seu artigo 62 ressaltando a importância de cursos superiores como formação inicial para professores:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na Educação Infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal (BRASIL, 1996, p.36).

Nesse assunto, é salutar a menção da importância de disciplinas voltadas para a educação do campo nas universidades, pois o ideal seria que os docentes em exercícios de trabalho fossem da comunidade, já que a experiência sujeitaria uma melhor aprendizagem para as crianças, mas ainda existe um desfalque nesse sentido, então analisando com precisão que há a necessidade de estudar desde a formação inicial a educação do campo, para que o professor saiba como lidar com as situações vivenciadas na zona rural.

Por outro lado, é importante saber sobre a influência desses pressupostos na educação do campo, e como a qualificação e a formação continuada podem ajudar, ou se já estão sendo elaboradas. Sobre isso, é importante mostrar o trabalho de pesquisa sobre a formação dos professores no semiárido no estado de Alagoas, realizado pela

Universidade Estadual de Alagoas, unidade do Agreste (REDES DE ENSINAR E APRENDER NO SEMIÁRIDO ALAGOANO, 2014, p. 54):

No Plano Estadual de Educação, especificamente no Capítulo IV que trata dos Objetivos e Metas da Educação do Campo, encontra-se a defesa da necessidade de se promover formação inicial e continuada para trabalhadores da Educação do Campo do Estado de Alagoas, para garantir a valorização de todos os trabalhadores da Educação do Campo, formação inicial e continuada, condições dignas de trabalho e gratificação de difícil acesso, além de valorização do magistério e garantir o acesso a conhecimentos articulados à realidade do campo.

Isso mostra uma preocupação com esse tipo de formação tanto do plano estadual de educação como do referido projeto na universidade. Isso tudo busca cumprir a LDB, como foi salientado acima, sobre a atuação de instituições capacitadas para fazer esse trabalho formativo. Esse mesmo documento ainda afirma:

Tendo como base as demandas dos movimentos sociais e todo o aparato legal para a Educação do Campo, o Brasil conta hoje com várias experiências específicas de formação inicial de educadores. Experiências desenvolvidas por movimentos sociais do campo, em parceria com instituições de ensino superior, o PRONERA, destacando-se o Programa de Apoio à Licenciatura em Educação do Campo – PROCAMPO e a Especialização em Educação do Campo, sendo ambas desenvolvidas com recursos do Ministério da Educação. (REDES DE ENSINAR E APRENDER NO SEMIÁRIDO ALAGOANO, 2014, p. 53).

Com os requisitos expostos sobre as legislações e ações para melhorar a qualidade dos professores que atuam no campo, o trabalho agora contempla outras questões como as estruturas das escolas e a valorização do profissional da educação. Pois:

[...] A precariedade da estrutura física, a falta de condições e a sobrecarga de trabalho dos professores gerando alta rotatividade desses profissionais, o que possivelmente interfere no processo de ensino/aprendizagem. Geralmente aqueles com uma formação inadequada permanecem em escolas isoladas e unidocentes até o momento que adquirem maior escolaridade, quando pedem remoção para a cidade. (REFERÊNCIAS PARA UMA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2003 p.19).

Essa constatação mostra que a questão da educação dos camponeses, quanto à formação dos profissionais ainda está pendente. Um dos fatores é justamente a estrutura da escola, não só do ponto de vista arquitetônico, mas em todos os meios necessários para elaborar um processo educacional qualificado. O acesso dos professores às localidades também faz parte dessa questão, pois muitos vêm de outros

lugares, pouco interagem com a comunidade. Isso é algo que precisa ser revisto, pois se tivesse maiores condições para essas pessoas, então haveria maior possibilidades de um ensino adequado.

[...] Nas escolas rurais os salários tendem a ser menores e acabam se constituindo em mais um elemento que determina a intensa rotatividade desses profissionais da educação. A conjugação desses fatores contribui para o baixo desempenho dos alunos e a queda nos índices de permanência dos mesmos na escola. (REFERÊNCIAS PARA UMA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2003 p.19).

Portanto, a formação do profissional da educação é uma questão a ser superada ainda, mas a questão principal seria uma valorização desse profissional, o qual munido de condições de trabalho e assistência financeira adequada poderia contribuir mais, principalmente na realidade de educação do campo, que é marcada por muitos desafios, como já foi mostrado nesse trabalho. Um fator interessante é perceber as diferenças de salários entre professores do sistema educacional Federal em relação aos estaduais e municipais, que são bem inferiores. Um trabalhador, em qualquer área de atuação, precisa adquirir um mínimo de condições financeiras para se sustentar e manter um padrão de vida. Isso não possibilita uma integração maior entre esse profissional e a comunidade escolar, a qual seria fundamental para realizar uma interação entre os valores do campo e o processo educativo escolar.

3.4 POR UMA IDENTIDADE DA ESCOLA DO CAMPO

A escola do campo precisa desenvolver uma identidade própria, baseada nas necessidades e identidade da comunidade local. Uma das principais dificuldades é justamente desvincular a característica de uma escola voltada ao povo do campo da dinâmica das escolas regulares que atuam em moldes da realidade urbana. Existem realidades totalmente diferentes, as quais necessitam contextualizar e adaptar a atuação da escola no ensino. Sobre essa questão, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo define que a educação do campo “[...] Poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios [...]” (BRASIL, 2012, p. 29).

A escola do campo precisa buscar os subsídios necessários para desenvolver uma educação global, pois o aluno precisa conhecer o mundo e as várias realidades

geográficas, econômicas e culturais. Por outro lado, os alunos precisam conhecer sua realidade local, as aptidões de sua localidade e possibilidades de desenvolvimento, principalmente da cultura de produção no campo. Já foi tratado que geralmente os assuntos abordados em sala não contextualizam a realidade vivida pelo povo camponês, de forma que as temáticas são generalizadas e distantes do mundo vivido pelos estudantes. Dessa forma, o projeto da escola do campo busca aprimorar a prática escolar e uma identificação do povo do campo a uma realidade de desenvolvimento humano.

O projeto institucional das escolas do campo, expressão do trabalho compartilhado de todos os setores comprometidos com a universalização da educação escolar com qualidade social, constituir-se-á num espaço público de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o mundo do trabalho, bem como para o desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável. (BRASIL, 2012, p. 29).

Para isso, a legislação para a escola do campo prevê uma adaptação do currículo 'às peculiaridades da vida rural e de cada região', de forma que se reveja a questão dos conteúdos, métodos de ensino adequados aos anseios e necessidades dos alunos. No cotidiano escolar frequentemente é relatado desinteresse dos alunos nas aulas, geralmente é um dos principais fatores da evasão escolar, assim, um currículo e metodologia adequada à realidade vivenciada pelo povo camponês é importante para o desenvolvimento educacional nesse contexto. Ademais, também há a questão dos dias letivos, que devem ser revistos, ocorrendo uma 'adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas', de forma que esses períodos não prejudiquem o engajamento dos alunos (BRASIL, 2012, p. 46).

A força educacional é uma questão fundamental no desenvolvimento da pessoa humana, o povo do campo é necessitado justamente de uma maior identificação com sua cultura e seu modo de viver e produzir, a escola do campo passa por esse processo de luta por uma identificação, situação que só pode ser superada na compreensão de seu contexto. Assim, é necessário estudar cada realidade de escalas desse tipo, para maior conhecimento de cada necessidade, ajudando no processo de identificação da prática educacional adequada à localidade.

4 SEÇÃO: A EDUCAÇÃO DO CAMPO NA REALIDADE ESCOLAR: EXPERIÊNCIAS COM A ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA CRIANÇA FELIZ

Todo trabalho de pesquisa para conseguir ser precisa ser metodologicamente fundamentado para mostrar fundamentação científica de suas ideias, afirmações e dados coletados. Por outro lado, a pesquisa não pode ficar no campo teórico da idealização, mas precisa ter resultados práticos de sua aplicação. Por isso, tratar-se-á agora a fundamentação metodológica dessa pesquisa, juntamente com a redação das experiências obtidas pela pesquisa realizada.

4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Para atingirmos os objetivos elaborados nesta pesquisa, tornou-se necessário pensar em uma metodologia que nos possibilitasse respostas claras acerca da problemática desenvolvida, sobre a realidade da educação do campo. Para isso, foram aplicados métodos e técnicas que possibilitaram a construção do conhecimento da realidade a ser estudada nesse trabalho e nos subsidiaram no que concerne ao desenvolvimento da pesquisa, de forma coerente e planejada.

Neste item, trataremos dos métodos e os instrumentos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa, as características do ambiente onde foi realizada, dos sujeitos participantes e categorização dos dados coletados para a análise.

4.1.1 Natureza da pesquisa

A busca por conhecimentos muitas vezes requer procedimentos racionais e sistemáticos que nos possibilitam encontrar respostas aos problemas que são propostos. Uma visão clara dos objetivos a serem atingidos e métodos necessários para determinado fim é o que possibilita ao pesquisador a concretização do seu trabalho.

Desse modo, buscamos analisar as diretrizes e perspectivas da educação do campo, desenvolvendo um estudo sobre a realidade da educação especificamente na Escola Municipal de Educação Básica Criança Feliz (nome fictício), localizada na Zona Rural do município de Pariconha/AL. Na tentativa de compreender o que pensam e como agem os professores/as da referente escola, (re)conhecendo como configuram

seu trabalho pedagógico de modo a considerar as especificidades da educação do/no campo.

Inserimos nossa pesquisa no campo da abordagem qualitativa, na qual: o ambiente natural da pesquisa é a fonte direta para a coleta de dados, tendo o pesquisador como um instrumento que irá possibilitar um maior entendimento em relação ao objeto de estudo posto em questão (PRODANOV; FREITAS, 2013). Trata-se do estudo de uma realidade tal como ela se encontra, com seus diferentes cenários. À vista disso:

A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como sendo uma tentativa de se explicar em profundidade o significado e as características do resultado das informações obtidas através de entrevistas ou questões abertas, sem a mensuração quantitativa de características ou comportamentos. (OLIVEIRA, 2012, p.59).

Versamos não somente sobre uma pesquisa baseada em questões numéricas, mas de uma abordagem que coloca em questão as singularidades dos sujeitos, reveladas nos diferentes contextos em que atuam.

Considerando esses aspectos, estarmos em contato direto com o ambiente escolar, com os agentes que naquele espaço atuam, nos possibilitou um olhar mais abrangente acerca dos diferentes olhares, questionamentos e visões dos professores e professoras sobre a Educação do Campo.

Assim, buscando uma relação mais estreita com os sujeitos de estudo e visando a ampliação do nosso trabalho, realizamos uma pesquisa de campo dentro do contexto em que ela atua, neste caso, a escola, a partir de questionário e registros de entrevistas realizadas com professores durante a pesquisa, relevantes para o processo de análise. Antes de tudo, salientamos que:

Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles (MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 69).

Tendo em vista que nesta pesquisa buscamos estudar uma realidade dentro das suas singularidades a denominamos como estudo de caso. Reconhecendo-o enquanto: o que “contribui, de forma inigualável, para a compreensão que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos” (YIN, 2001, p.21). De acordo com

Oliveira (2012) trata-se de estudar uma realidade da forma em que ela se apresenta, na tentativa de encontrar elementos que nos possibilite uma visão mais abrangente acerca do nosso objeto de estudo.

Dessa forma, partimos não de uma visão pré-estabelecida da realidade, mas, da tentativa de captá-la da forma em que é configurada, almejando incluir os aspectos que a envolve em diferentes situações, tendo como principal foco a compreensão do objeto estudado a partir da percepção das singularidades que compõem seu contexto.

Contudo, a escolha da metodologia nos possibilitou organizar as etapas, a construção dos dados e dos conhecimentos científicos no que se refere a área de pesquisa, corroborando com que os nossos objetivos fossem atingidos, tornando o trabalho mais prático e nos auxiliando de forma eficaz em todos os passos percorridos durante o processo.

4.1.2 Instrumentos para coleta de dados

Concebemos a escolha dos instrumentos para a construção de dados como uma das fases mais importantes da pesquisa, visto que se selecionados e executados de forma precisa, oferecem ao pesquisador melhor possibilidade de análise e descrição do fenômeno a ser estudado. Nesta perspectiva, para execução da pesquisa realizada utilizamos como fonte principal o questionário.

Elaboramos um questionário impresso próprio com questões que foram formuladas e entregues na mesma sequência para todos os profissionais da escola pesquisada. As questões elaboradas nos proporcionaram os dados requeridos para descrever as características da população pesquisada, o questionário tornou-se nosso grande aliado durante o processo.

Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc (GIL, 2008, p.121).

Assim, essa técnica nos aproximou das diferentes perspectivas das professoras, nos permitindo entender quais os conceitos, conhecimentos que possuem e ações que

desenvolvem, no que se refere as diretrizes, planejamentos e práticas pedagógicas voltadas para os educandos que fazem parte da escola do campo.

As perguntas compostas no questionário contemplam duas etapas simples:

Perguntas Gerais: currículo e organização do trabalho escolar;

Perguntas Específicas: planejamento e especificidades da educação do campo e no campo.

O referente questionário foi organizado com 10 perguntas abertas. A escolha pela elaboração de um questionário com questões abertas, relaciona-se ao fato de compreendermos que: o questionário elaborado com perguntas abertas, permite ao informante responder livremente as questões, o que proporciona ao pesquisador/ainvestigações mais profundas e precisas, permitindo mais informações para serem postas em tabulação e análise (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 204).

Desse modo, o questionário passou a se constituir instrumento que nos direcionou para o processo de elaboração, seleção e análise dos dados, tornando-se ferramenta importante no que concerne a busca pela resposta as nossas problemáticas e ao alcance do nosso objetivo principal, tornando o processo de construção do saber científico objetivo e organizado.

4.1.3 Identificação da escola

Essa pesquisa foi realizada na Escola Municipal de Educação Básica Criança Feliz, na Zona Rural, do município de Pariconha – AL. Atualmente a escola possui as seguintes dependências: dois (2) banheiros – feminino e masculino, três (3) salas de aula, uma (1) cozinha, um (1) almoxarifado, uma (1) secretaria, um (1) pátio, uma (1) área de lazer. Funcionam apenas duas (2) salas de aula, sendo duas (2) multisseriadas com turmas de vinte e cinco (25) alunos por série. Uma (1) sala abrange do pré ao terceiro ano e duas (2) salas acolhem educandos do quarto ao quinto ano.

Em relação ao PPP obtivemos uma escassez no que se refere a educação do/no campo, visto que o projeto político pedagógico da escola Criança Feliz encontra-se intrinsecamente ligado ao PPP da escola de Educação básica padre Epifânio Moura sede educacional do município de Pariconha, uma vez que funciona como uma extensão dessa escola.

No referente PPP (2018) são abordados aspectos ligados a contextualização do espaço, da comunidade e dos sujeitos de maneira geral, porém, relacionados em

escala maior a escola localizada na Zona Urbana, não tendo especificações de diretrizes pedagógicas, projetos e planos de ações que organizam as práticas institucionais voltados para as escolas localizadas na Zona Rural, incluindo a da Serra da Jurema. Porém, de acordo com a coordenadora pedagógica, as propostas para as escolas do campo, são organizadas pela gestão da escola municipal também responsável por algumas escolas do município de Pariconha/ AL.

4.1.4 Perfil dos profissionais e das crianças

Nesta seção, não pretendemos versar sobre todos os docentes e discentes que frequentam a instituição de ensino na qual desenvolvemos parte do nosso estudo, mas, de maneira específica, sobre o perfil das docentes participantes desta pesquisa: duas (2) professoras responsáveis por turmas multisseriadas. Uma (1) professora fica responsável pelas turmas dos Jardins I, II e do 1° ao 3° ano e uma (1) professora responsável pelas turmas do 4° e 5° ano.

De maneira a manter o anonimato das professoras participantes, nos referiremos a elas por pseudônimos pelas mesmas escolhidos e organizados da seguinte forma: Maria (regente do Jardim I, Jardim II, 1°, 2° e 3° ano), Marta (professora regente do 4° e 5° ano) e Ana (auxiliar). A seguir algumas informações a respeito das docentes supracitadas:

Tabela 1 – **Sistematização do perfil das profissionais**

Nome:	Idade:	Anos de Magistér	Formação
Maria	30 anos	9 anos	Possui graduação em pedagogia e pós graduação em psicopedagogia;
Marta	40 anos	21 anos	Possui normal superior nas séries iniciais e pós graduação em educação infantil.

Fonte: elaborado com base nos registros da pesquisa.

Em relação a turma de Maria, a mesma é composta pelas seguintes quantidades de alunos: Jardim I, são três (3) alunos; uma (1) menina e dois (2) meninos. Jardim II, são dois (2) alunos; os dois (2) são meninos. 1º ano são dois (2) alunos; uma (1) menina e um (1) menino. 2º ano são sete (7) alunos; duas (2) meninas e cinco (5) meninos. 3º ano são duas (2) alunas. Ao todo, são dezesseis alunos, com variações de idades entre quatro (4) e oito (8) anos.

Segundo Marta, sua turma possui 26 anos alunos, sendo eles: treze (13) do 4º ano e treze (12) do 5º ano. Dentre eles, quatorze (14) meninas e doze (12) meninos, com variações de idades de nove (9) a doze (12) anos.

De acordo com Marta, essas crianças são dedicadas aos estudos, possuem um bom comportamento e junto com as professoras colabora para uma relação de respeito mútuo. Continuando a fala de Marta, os mesmos, fazem suas tarefas de casa e os seus pais são presentes o máximo que podem, no debate feito em reuniões mensais, aonde fazem uma reflexão, sobre as necessidades de cada um.

Além desses aspectos, Marta ressaltou que ao final de cada bimestre procura observar o desempenho de cada educando e diante de cada resultado, procura renovar as metodologias para um melhor desenvolvimento dos mesmos.

4.2 COMPREENDENDO O CAMINHO DA PESQUISA

Como vimos no item anterior, em nosso estudo, buscamos utilizar o questionário e registro como ferramentas auxiliares para a construção necessária de conhecimentos acerca do nosso objeto de estudo. Todavia o planejamento foi organizado de maneira flexível podendo ser modificado de acordo com as necessidades apresentadas durante o percurso da pesquisa.

O nosso primeiro contato com a escola, se deu no início através da leitura e análise do PPP. Recebemos através da coordenação a informação de que o mesmo se encontrava dentro do PPP da Escola Municipal de Educação Básica Padre Epifânio Moura, sede do município. Sendo assim, a referente escola nos cedeu o documento, o que nos auxiliou de forma propícia ao andamento da pesquisa.

Logo após esse primeiro momento, conversamos com as duas professoras atuantes na escola. O nosso contato se deu dentro da própria escola, no turno matutino,

horário em que as professoras atuam em sala¹. Isso nos possibilitou conseguir informações que nos ajudaram a aprimorar mais a realidade enfrentada por ambas no espaço escolar. Durante o processo, pudemos também observar a estrutura do espaço, porém não foi possível registrar, pois a escola estava em reforma.

No diálogo com as professoras, apresentamos a nossa proposta de pesquisa, seus objetivos e metodologias. Assim como também, o termo de consentimento para a pesquisa, na qual elas assinaram concordando com a participação de ambas. Desde o primeiro contato as professoras foram muito receptivas e demonstraram interesse na pesquisa e colaboração no que era necessário.

Prosseguimos com o nosso trabalho, dessa vez com a aplicação do questionário. O referente instrumento foi aplicado no dia 15/12/20. Assim, as participantes não se sentiram desconfortáveis e pudemos obter os dados necessários de forma mais precisa. Organizamos um questionário e solicitamos que as professoras respondessem de maneira escrita, vale salientar, que as professoras não demonstraram resistência no que concerne a responderem as questões. A utilização do questionário possibilitou mais segurança e maior liberdade nas respostas das participantes.

Durante todo o percurso do trabalho de pesquisa, gostaríamos de fazermos observações em salas e realizarmos registros tanto das professoras quanto das crianças, em atividades cotidianas feitas em sala. Entretanto, devido a pandemia vigente referente a Covid-19 e as aulas estarem acontecendo de forma online, não foi possível. Assim, temos os questionários como o nosso principal auxiliar produtivo para a coleta e organização dos dados.

Logo após a transcrição, os dados foram organizados e divididos em categorias conforme apresentado no item 4.4.2. Trataremos sobre a educação escolar também fazendo link com o atual período de pandemia da Covid 19.

4.2.1 Organização da análise dos dados

A partir da construção dos dados, utilizando os recursos metodológicos citados no item 3.5, procedeu-se o processo de sistematização da análise. A análise qualitativa embora seja mais flexível, encontra-se propensa a uma sistematização. Torna-se

¹ Como estava no período de pandemia e a escola não estava em funcionamento, o momento foi uma exceção para mostrar a estrutura, explicar como funciona o cotidiano da escola e realizar a entrevista.

necessário uma sequência de ações que viabilizem uma análise coerente com que é proposto em estudo.

De acordo com Prodanov e Freitas (2013) a análise em pesquisa qualitativa depende de alguns fatores, entre eles: I) a natureza dos dados coletados; II) a extensão da amostra; III) os instrumentos de pesquisa; IV) e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação. Não se trata somente da descrição das falas ou das ações dos sujeitos, mas, da busca de uma compreensão e interpretação desses dados à luz da teoria. Trata-se de uma análise envolvendo a subjetividade dos sujeitos e os contextos em que estão inseridos constantemente.

Após os registros das principais falas das participantes no decorrer da pesquisa em campo, organizamos e definimos as categorias a serem analisadas nesse trabalho. “Cada categoria compõe um conjunto de unidades de análise que se organiza a partir de algum aspecto de semelhança que as aproxima (GALIAZZI; MORAES, 2005, p.116)”. Em outras palavras, cada categoria consiste em um agrupamento dos dados construídos no decorrer da pesquisa.

O processo de categorização nos auxiliou a organizar, classificar e validar as respostas encontradas pelo nossos instrumentos da coleta de dados, tornando-se um fator primordial para a elaboração da análise. Essa última, que será constituída de maneira a considerar as seguintes categorias:

4.3 REALIDADE DA ESCOLA E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Diante de pesquisa realizado com os profissionais da escola verificou-se algumas informações que são importantes para conhecer a realidade da educação rural no município de Pariconha-AL. A pesquisa foi realizada com alguns profissionais, como Diretor, coordenador e professores da Escola Municipal de Educação Básica Criança Feliz (nome fictício). Segundo eles, o cotidiano da escola é planejado através de diálogos e rodas de conversas, reunião de pais, reuniões com docentes para planejamento, assim como nos diálogos e partilha de experiência no cotidiano do trabalho. Há projetos desenvolvidos pela escola sobre as culturas da região valorizando seu modo de viver e despertando o saber tradicional das formas de subsistência da localidade, como: agricultor, artesã, criadores de caprinos entre outros.

Também se verificou que a referida Escola não tem autonomia própria, uma vez que se tornou uma extensão de outra Escola, localizada na cidade, logo a parte de gestão, organização, e planejamento do ensino é realizado na escola alfa e estendida

às demais, para adequar a sua realidade, que em sua maioria são escolas do campo e povos tradicionais. O calendário escolar é organizado por bimestres e o ensino vem sendo organizado de forma pluralizada, objetivando a interdisciplinaridade e transversalidade.

Em relação ao planejamento de ação pedagógica é realizada a partir de reuniões com o corpo docente, objetivando conteúdos e práticas metodológicas que sejam adequadas a realidade local e seja diversificada de acordo com a necessidade social e cultural da escola. Segundo os profissionais entrevistados, a abordagem dos alunos considera, primeiramente, o nível de maturidade intelectual e cognitivo da criança, depois, prioriza atividades que desenvolvam estas habilidades, depois levar o aluno a criar, organizar e concretizar o uso oral e escrito daquilo que pensa e sente sobre determinado assunto, e como agir segundo o que foi falado ou escrito, desenvolvendo habilidades de expressão e ponto de vista participativo.

Entrevistando os dois professores da escola, ao perguntar sobre como as culturas e as diversidades locais estão presentes nas experiências educacionais cotidianas, eles responderam o seguinte:

Tabela 2 – Culturas e as diversidades presentes no cotidiano da escola.

Professor 1	Professor 2
<p>“Nos projetos realizados pela escola através de teatro, danças, entrevistas. Nos passeios de campo, fotografias e debates”.</p>	<p>“Através da concretização do currículo, calendário escolar e das vivências diárias, nas brincadeiras culturais, danças nas conversas sobre temas transversais como bullying, racismo, maus tratos, coisas que as crianças presenciam e levam na mochila para partilhar com os colegas e acaba resultando em uma discussão muito produtiva, sem falar dos conteúdos que vamos adaptando de acordo com a necessidade do momento”.</p>

Fonte: elaborado com base nos registros da pesquisa.

Foi perguntado também às docentes se há pessoas da escola envolvidos em movimentos sociais, e quais as relações e contribuições para o espaço escolar. Os professores foram categóricos em responder que sim, tem pessoas que participam de movimentos de religiosos, como uma professora que participa do movimento católico pastoral da criança. Na opinião da professora 2:

A relação com o espaço escolar não: é uma tarefa fácil para atuar dentro do ambiente escolar como movimento social, porque ainda há muitas barreiras políticas e ideológicas dentro desses espaços, que impedem de certa forma um trabalho mais ativo e consciente para a comunidade do campo e muitas vezes certos discursos como a importância da reforma agrária ou a necessidade de um método de produção sustentável e ecológica soa com estranheza e rejeição por parte dos sujeitos, que infelizmente priorizam um ensino tradicional alienante da sociedade. Pois o sistema capitalista não dorme, necessita de uma sociedade, e os espaços escolares são uma fonte inesgotável. Mas também é nesses espaços que as mudanças acontecem desde que seja priorizado o ensino para o livre pensar do sujeito, como a teoria libertadora, desenvolvida pelo mestre Paulo Freire. É difícil, mas é nos espaços escolares que travamos e fortalecemos as lutas de classe.

Já quando foram perguntadas sobre a vida docente de escola rural e quais as principais dificuldades enfrentadas diariamente dentro do espaço/ambiente escolar realidade com salas multisseriadas, elas manifestaram o seguinte:

Tabela 3 – As principais dificuldades enfrentadas diariamente na escola.

Professora 1	Professora 2
<p>“A questão de alunos em salas multisseriadas, o que mais me preocupa é suas dificuldades de aprendizagem. Pois, como toda série enfrentamos esse desafio de levar para sala de aula estratégias dinâmicas que ajudem o aluno a obter um melhor avanço, e acelere seu desempenho escolar. Nessa realidade fica mais difícil”.</p>	<p>“A heterogeneidade tanto de série, idade e nível de aprendizagem, cognitivo, as realidades familiares, pois cada criança traz em si a essência da família, expressa em suas palavras e ações e também a falta de investimento para a formação e valorização do profissional de educação, essa é a parte que mais dificulta o processo de ensino aprendizagem”.</p>

Fonte: elaborado com base nos registros da pesquisa

Ademais, ao serem perguntadas sobre quais questões precisa ser melhorada para que o processo de ensino e aprendizagem aconteça de forma mais produtiva, os professores pontuaram questões diversas em suas respostas:

Tabela 4 – Questões precisa ser melhorada no processo de ensino aprendizagem.

Professora 1	Professora 2
<p>“A questão do diário escolar que são diferentes formas de avaliação dos alunos, em séries diferentes. E a avaliação dos alunos nas séries multisseriadas, dificulta uma avaliação mais qualitativa”.</p>	<p>“Extinguir ou pelo menos diminuir o multisseriado, trabalhar mais temas transversais que envolvam a ação concreta do discente, projetos ambientais, culturais que resgatem a história local, conscientização e cuidados com o bem comum. Mas o ponto crucial ainda é mais investimento na educação e formação dos profissionais, porque apesar do ensino do campo ser uma modalidade desde 2010, infelizmente ainda não vivemos essa realidade em nossos espaços educacionais, em nossas escolas rurais”.</p>

Fonte: baseado nos dados da pesquisa.

Pode-se perceber que na Escola Municipal de Educação Básica Criança Feliz (Pariconha-AL) não tem uma estrutura pedagógica de escola do campo, ela se caracteriza por ser uma escola rural que, como a maioria das escolas rurais, é apenas a escola urbana que se estende até a Zona Rural para melhorar o acesso dos alunos à educação escolar. Nesse contexto, observou-se que há um esforço da parte das professoras por adequação das atividades pedagógicas com a realidade dos alunos, mas que a base dessas ações é a interdisciplinaridade.

A interdisciplinaridade é uma grande arma pedagógica de desenvolvimento dos alunos, mas para maior contextualização da realidade de escola do campo precisa-se

de uma estrutura própria que tenho currículo adaptado à dinâmica da comunidade, assim como, material de apoio e estruturas de cursos e aulas para desenvolver a cultura do campo. Hoje esse ensino pode ter grande apoio, como é caso de possibilidades de parcerias com a Universidade Federal de Alagoas situada na região, a qual pode oferecer estudos, como é o caso desse próprio trabalho desenvolvido aqui, sobre a realidade e suas potencialidades, formando pessoas para o desenvolvimento da região. Esse trabalho oferece uma consciência da realidade escolar, assim como promove a importância de implantar uma escola do campo, objetivando desenvolver a identidade da comunidade local.

Outra parceria forte, bem adequada, seria o Instituto Federal de Alagoas, que oferece cursos técnicos e estudos sobre a realidade da região. Essas parcerias podem fornecer cursos adequados para melhor desenvolvimento das atividades produtivas da comunidade, dando novos caminhos para o aumento e qualidade da produção, onde os alunos não precisem sair em busca de trabalho em locais longínquos, como é o caso da maioria dos pais de alunos, muitos trabalham em usinas de cana-de-açúcar.

Um exemplo de potencial empreendedor seria a restauração do engenho de cana-de-açúcar, que existia na comunidade, o qual produzia rapadura, mel e outros derivados. Quando falamos em potencial de desenvolvimento, estamos situando a educação como meio importante para desenvolver aptidões novas, como também restaurar as antigas atividades de renda. É justamente esse trabalho que é importante para atuação pedagógica na realidade rural.

Além do mais, percebeu-se, na fala dos profissionais da escola referida, um desejo da escola se tornar próprio da educação do campo. Infelizmente a estrutura política põe muitos empecilhos para essa realização, mas um dos motivos desse trabalho de pesquisa é justamente trazer a questão para o conhecimento público, gerando conhecimento e debates sobre a força da educação do campo para a comunidade local. Esse pode ser uma das várias pesquisas e ações que serão realizadas nessa comunidade, de forma que no futuro próximo, poder-se-á alcançar maior integração social e desenvolvimento cultural e econômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho de pesquisa foi de grande importância para o desenvolvimento, no entanto muito gratificante, uma vez que trata de uma questão da educação na comunidade em que moro. Assim, foi de grande valia realizar estudos acadêmicos sobre a escola da comunidade, onde alcançamos muitas informações sobre a realidade vigente, assim como, o desenvolvimento de caminhos para maior integração social e a necessidade de implantar uma pedagogia de escola do campo.

A Escola Municipal de Educação Básica Criança Feliz (Pariconha-AL) é uma escola rural que se caracteriza por transplantar a realidade da educação urbana para realidade rural. Isso é um sintoma comum à realidade das escolas situadas na zona rural, mas que não tem um currículo e atividade direcionados para a vida no campo. Isso é resultado da falta de assistência às minorias, desconsiderando o valor da educação do campo. Esse preconceito é fruto de uma concepção de educação geral para todos, onde o modelo deve ser seguido, quando há ideias de diversidade não é bem vista e não são acatadas.

A educação do campo é fruto de uma luta social por reconhecimento dos povos camponeses, de valorização da sua cultura. Podemos ver que diante de muitas lutas de movimentos sociais construiu-se o espaço para uma escola do campo com estrutura pedagógica voltada para as pessoas da zona rural que vivem um modo de vida específico dentro desse contexto. O campo é rico em variedades de forças produtivas, muitas vezes não recebem um direcionamento melhor, pois a própria educação que recebem retrata mais a cultura urbana, valorizando os grandes centros e forma de produção de grandes empresas e propriedades agrícolas.

Assim, os pequenos produtores que vivem no campo, os quais são a maioria, não têm sua própria forma de vida tematizado no currículo escolar. É esse o grande problema que a Educação no campo enfrenta, uma adaptação adequada da sua cultura local e o currículo geral do sistema educacional. O que é mais comum acontecer é uma contextualização do conteúdo curricular geral relacionando com as questões vividas pelos camponeses.

Um dos grandes problemas que evitam trabalhar conteúdos próprios da cultura camponesa nas escolas do campo é o próprio sistema de avaliação do Ministério da Educação, como por exemplo o ENEM, pois não tratam questões locais mas do currículo geral, onde os alunos camponeses seriam prejudicados por terem assuntos

com uma linguagem diferente e conteúdos que não são contemplados nas questões avaliativas.

Nesse trabalho se levanta a necessidade de maior atenção ao desenvolvimento da educação do campo, gerando maior identidade cultural. Esse desafio passa desde de maior estruturação das escolas do campo, como também a formação dos profissionais que atuam nessas escolas. Também há necessidade de fomentar mais escolas do campo e menos escolas rurais, que só facilitam o acesso dos alunos, mas que os conteúdos e pedagogia é a mesma das escolas da educação na realidade urbana.

A questão principal desse trabalho é o desenvolvimento de uma identidade própria de escola do campo nas escolas da zona rural, buscar subsídios de estudos para abordar essa questão formando consciência de povo. É essa armadura que os povos camponeses precisam se revestir para conseguir conquistar seu espaço, desenvolver sua cultura. Um exemplo que temos em nossa realidade é a expansão da cultura local, primeiro as festas juninas, atualmente tem-se a vaquejada, que anteriormente era algo bem local, hoje está no cenário nacional com vários cantores de vaquejada se destacando no mundo da música.

É esse crescimento cultural de identidade da vida do campo que precisa se destacar, que seja uma identidade valorizada e bem fundamentada, a educação pode realizar esse processo, pois passa pela questão da socialização. As crianças precisam conhecer seu espaço como lugar de vida e identidade social, precisam estudar meios de desenvolver cultural e economicamente sua realidade. É necessário se emancipar de uma visão de superioridade da vida urbana, mostrando as riquezas da vida rural, mas acima de tudo, precisa-se desenvolver essa vida para como suporte social.

Esse trabalho mostrou a que a realidade da Escola Municipal de Educação Básica Criança Feliz se caracteriza como escola rural, com um currículo que não é próprio para a vida do campo, uma vez que é próprio para realidade urbana. Mas esse trabalho mostra-se importante para fomentar a necessidade de realização da escola do campo nessa comunidade rural. Local rico de possibilidades de produção econômica, assim como de realidade cultural. Isso tudo é importante para realizar debates e exposições que levante a consciência de pertencimento do povo local á realidade campesina da comunidade.

REFERÊNCIAS

BENINCÁ; CAIMI, F. E. (Org). **Formação de Professores: um diálogo entre a teoria e a prática**. Passo Fundo: UPF, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI. **Educação do Campo: marcos normativos/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão** – Brasília: SECADI, 2012. 96 p.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 13 junho 2020.

_____. Conselho Nacional de Educação (CNE). Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. **Institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Diário Oficial da União, Brasília, 9 abr. 2002.

BRASIL. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília, 2008. Disponível em: Acesso em: 21 de Junho, 2014.

CARVALHO, M. **Realidade da educação do campo e os desafios para a formação de professores da educação básica na perspectiva dos movimentos sociais**. Tese de doutorado – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2011.

Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

ENGELS, F. **O problema camponês na França e na Alemanha**. In: SILVA, José Graziano, STOLCKE, Verena (orgs). *A QUESTÃO AGRÁRIA*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

FERNANDES, B; MOLINA, M. **Campo da Educação do Campo**. In: MOLINA, M.; JESUS, S. (orgs.). *Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo*. Coleção por uma Educação do Campo, nº 5. Brasília: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HENRIQUES Et. al. **Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas**. Cad. 2, Secad/MEC: Brasília, 2007.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 10 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MARCONI, M.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARTINS, F. **Elementos fundamentais da educação do campo**. Revista *Educere et*

Educare, Vol. 8 nº 15 Jan/jun 2013. p. 179-198.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. **Análise Textual Discursiva**. Ijuí: Unijuí, 2005.

OLIVEIRA, M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

PRODANOV, C.; FREITAS, E. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 277p.

SANTOMÉ, J. **As culturas Negadas e silenciadas no Currículo**. IN: SILVA, T. Alienígenas na sala de aula. 2º ed. Petrópolis; vozes 1995.

SILVA, Ana Paula Soares; PASUCH, Jaqueline; SILVA, Juliana Bezzon. **Educação Infantil do Campo**. 1ª ed. São Paulo; Cortez 2012.

SOUZA, M. **Educação do campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica**. Educ. Soc., Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1089-1111, set./dez. 2008.

REDES DE ENSINAR E APRENDER NO SEMIÁRIDO ALAGOANO. 1ª Ed. Experiências da RECASA em educação contextualizada: Igaci, 2014.

REFERÊNCIAS PARA UMA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO. Cadernos de Subsídios: Brasília, 2003.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, **2001**.

APÊNDICES

QUESTIONÁRIO

Nome:

Sexo:

Idade:

Formação:

Anos de atuação:

1 – De que maneira o currículo da escola considera em suas discussões e ações o contexto dos sujeitos do campo?

2 – Como os educandos participam da organização do currículo e das decisões tomadas dentro do ambiente escolar?

3 - A escola possui uma organização própria de ensino?

4 – Como ensino e o calendário escolar vem sendo organizados/divididos? Há uma participação do município nessas questões?

5 – De que forma é feito o planejamento?

6 – O que você considera fundamental na hora da elaboração e organização dos conteúdos a serem trabalhados em sala?

7 – Como as culturas e as diversidades locais estão presentes nas experiências educacionais cotidianas?

8 – Há a presença de sujeitos atuantes em movimentos sociais dentro dos espaços escolares? Se sim, de que forma atuam dentro desses espaços?

9 – Enquanto docente de escola rural e salas multisseriadas, quais as principais dificuldades enfrentadas diariamente dentro do espaço/ambiente escolar?

10 – O que você acredita que precisa ser melhorado para que o processo de ensino e aprendizagem aconteça de forma mais produtiva?

TERMO DE CONSENTIMENTO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS Campus Sertão – Delmiro Gouveia Curso de Pedagogia

Prezado(a) Sr(a):

Convidamos (o)a Sr(a) à participar da pesquisa sobre “**A Educação do Campo na Escola Municipal de Educação Básica Luiz Florêncio Barros em Pariconha – AL: Realidade e Anseios**”, a ser desenvolvida pela graduanda em Pedagogia Maria do Rosário Carvalho Correia, pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Campus Sertão, Delmiro Gouveia – AL, sob orientação do professor Dr. José Ivamilson Barbalho.

Esta pesquisa tem como objetivo pesquisar as diretrizes e perspectivas da educação do campo, desenvolvendo um estudo sobre a realidade da educação do campo, especificamente a Escola Municipal de Educação Básica Luiz Florêncio Barros localizada na Serra da Jurema, Zona Rural do município de Pariconha/AL.

Nessa perspectiva, ao colaborar com nosso estudo, o(a) Sr(a) responderá a um questionário, com perguntas relacionadas a escola do/no campo, considerando seu currículo, planejamento, dificuldades e anseios que permutam nas discussões e ações educativa se que compõem as diferentes realidades dentro do ambiente escolar.

Vale salientar, que sua participação é voluntária, seus dados serão mantidos sob sigilo, sem exposição direta do seu nome, garantindo o anonimato. Os procedimentos não determinarão qualquer risco, nem trarão desconfortos para os participantes. Além disso, você pode interromper a sua participação na pesquisa no momento em que assim desejar. Esclarecemos que os dados serão coletados para a produção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Uma vez concluído será permitido a autora da pesquisa, realizar publicações em revistas, jornais, livros e eventos científicos, desde que não haja a quebra do anonimato do participante.

O(a) Sr(a) poderá ser mantido atualizado sobre os resultados parciais e finais da pesquisa através do contato com a graduanda responsável pelo seu desenvolvimento: Maria do Rosário Carvalho Correia através do email: carvalhogome123@gmail.com ou pelo celular de número (82) 981922510. Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento.

DECLARAÇÃO DE ACEITE

Eu _____, RG _____, após a leitura, esclarecimentos e compreensão deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, concordo em participar espontaneamente da pesquisa supracitada.

Pariconha - AL, _____ de _____ de _____.

Assinatura do participante
